

psi



Conselho Regional
de Psicologia SP

nº 179 • Junho | Julho | Agosto • 2014



PSICOLOGIA

todo dia, em todo lugar
para uma sociedade mais democrática e igualitária

UM DIA NA VIDA | CONHEÇA MAIS SOBRE A PSICOLOGIA NO JUDICIÁRIO

Também denominados peritos, cabe às/os psicólogas/os subsidiarem o juiz com avaliações e análises que indiquem ações a serem tomadas em decisões processuais nas Varas de Infância e Juventude e Vara de Família.

4**PERSPECTIVA DO USUÁRIO | O RENASCIMENTO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

Saiba como o apoio de psicólogas/os e da comunidade ajudou São Luiz do Paraitinga a renascer em tempo recorde após a forte inundação de 2010.

7**PSICOLOGIA E COTIDIANO | “ACHO QUE SOU GAY”**

Psicólogas/os indicam caminhos para tratar o tema orientação sexual com pessoas que questionam a sua sexualidade.

10**SUBSEDES | OFICINEIROS DO VII PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO MOSTRAM SUA ARTE**

Mais de 500 usuários de serviços de saúde mental do estado de São Paulo participaram de oficinas com trocas de vivências e experiências artísticas.

13**MURAL | CONHEÇA O PORTAL DO CRP SP NO YOUTUBE**

Nova Cartilha Polular do CRP SP sobre o tema ‘Medicalização’ está disponível para ser baixada no portal do Conselho.

15**CAPA | NO DIA DA/O PSICÓLOGA/O, UM BALANÇO DAS CONQUISTAS DA PROFISSÃO**

Profissão sofreu influência das transformações da sociedade e ganhou relevância em temáticas como a universalização dos direitos sociais e direitos humanos.

16**MUNDO DO TRABALHO | #30H JÁ PSICOLOGIA**

Projeto que reduz jornada para profissionais da Psicologia é aprovado em Comissão da Câmara Federal. Leia as 30 razões por que o CRP SP apoia.

21**MUNDO MELHOR | CONQUISTA DA TERRA PRÓPRIA E PROTAGONISMO**

Assentamento Dom Tomás Balduino, em Franco da Rocha, muda a vida de 63 famílias após mais de 10 anos de luta pela terra própria.

22**ORIENTAÇÃO | AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA REQUER TÉCNICA E COMPROMISSO**

Psicologia organizacional suscita questões técnicas em relação aos processos de avaliação psicológica.

26**QUESTÕES ÉTICAS | HONORÁRIOS**

A maneira como se estabelece o pagamento de honorários na área clínica pode influenciar no trabalho e até na imagem profissional.

28**PROCESSOS ÉTICOS | PENALIDADES**

Conselho Regional apresenta reflexão a partir de processo tramitado e publica cassação de registro para o exercício profissional de psicólogo.

30**ESTANTE | TÍTULOS**

Dicas de livros e vídeos sobre temas de interesse da categoria.

31

**Conselho Regional
de Psicologia SP**

psi 179

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Maria Erminia Ciliberti
Secretário | Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Tesoureira | Adriana Eiko Matsumoto

Conselheiros

Adriana Eiko Matsumoto, Alacir Villa Valle Cruces, Ana Paula Porto Noronha, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, José Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Erminia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui.

Realização Linha Fina

Jornalista responsável Milton Bellintani (MT b 18.122)

Reportagens Denise Ramiro, Sílvia M. Bellintani, Telma Costa

Arte Cláudio Franchini

Foto da capa CRP SP

Revisão Linha Fina

Impressão Rettec Artes Gráficas

Tiragem 86.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

Parabéns, psicólogas/os!

Pelo compromisso com o avanço da Psicologia, pelo compromisso com a transformação da sociedade

No dia 27 de agosto comemoramos 52 anos da regulamentação da profissão de psicóloga/o no Brasil. É momento, efetivamente, de comemoração para a Psicologia! Aquela Psicologia construída pela/o profissional, todos os dias e nos mais diversos lugares, em resposta às demandas de uma sociedade cujo processo de transformação deixa marcas em nossa profissão.

Esta edição, ao mesmo tempo em que debate esse processo, o reflete. Encontramos aqui a Psicologia inserida nos mais variados contextos, comprometida com os princípios éticos e técnicos da profissão, pautada pelas demandas complexas de nossa sociedade e avançando como categoria organizada de trabalhadoras/es. As experiências e recortes aqui presentes expressam um produto importante do projeto do compromisso social que, acompanhando o processo de democratização do país, foi pauta da Psicologia.

Hoje estamos em muitos lugares, ampliamos recursos de intervenção, diversificamos campos de trabalho e respondemos a necessidades decorrentes dos direitos conquistados pela sociedade brasileira.

Queríamos trazer, nesse dia 27 de agosto, todas as experiências realizadas pelas/os psicólogas/os do estado de São Paulo para esta edição. Queríamos conhecer todas as suas práticas. Queríamos identificar o modo como, em cada território, de diferentes maneiras, estamos reinventando a Psicologia como ciência e profissão e fazendo a sua história. É para isso que lançamos o projeto “Psicologia, todo dia, em todo lugar. Para uma sociedade mais democrática e igualitária”.

O CRP SP quer chegar mais perto do cotidiano profissional das psicólogas/os e quer dar visibilidade à Psicologia que construímos em nosso estado. Para isso, mantere-

mos no ar um grande portal de apresentação do trabalho da categoria no estado de São Paulo, que poderá ser localizado em função da região em que se desenvolve, da área a que se refere ou do processo de trabalho realizado para a intervenção profissional. Precisamos que as/os psicólogas/os do estado relatem suas práticas por meio de vídeos e os enviem para o Conselho. A partir desses relatos, o CRP SP vai chegar até vocês. Vamos registrar o trabalho de algumas/uns profissionais e promover debates em sua região e acerca dos desafios e conquistas dessa prática profissional. Vamos, ainda, identificar, por meio da participação de estudantes de nossa área, o modo como o campo da formação tem contribuído, com suas experiências diversas, para a Psicologia que precisamos construir.

E vamos, finalmente, conhecer a perspectiva dos usuários dos nossos serviços e acerca do impacto da atuação da Psicologia em suas trajetórias.

Teremos assim uma grande mostra de práticas profissionais que, respeitando as diretrizes éticas da profissão, se realizam a serviço de uma sociedade mais democrática e igualitária. Uma mostra que, publicada ao longo de um ano, poderá culminar, no dia 27 de agosto

de 2015, em um grande painel da Psicologia que temos feito no estado. O nosso desejo é conhecer e divulgar o trabalho de cada uma/um das/os cerca de 80 mil psicólogas/os do nosso Estado.

O recurso que apresentamos é um convite para caminharmos juntos e próximos na construção da Psicologia que queremos para o futuro de nosso país.

Participem!



XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

O papel da Psicologia no Tribunal de Justiça

Também denominados peritos, cabe às/os psicólogas/os subsidiarem o juiz com avaliações e análises que indiquem ações a serem tomadas em decisões processuais nas Varas de Infância e Juventude e Vara de Família

A relação da Psicologia com a Justiça, no contexto dos Tribunais de Justiça, se estabelece a partir das demandas do Poder Judiciário. A necessidade de conhecer os requisitos subjetivos envolvidos em litígios tornou necessária a presença de psicólogas/os nessas instituições para subsidiar as decisões de causas em curso.

A psicóloga judiciária Luciana Mattos é uma delas. Doutoranda em serviço social, ela atua no Tribunal de Justiça de Francisco Morato – na Região Metropolitana de São Paulo – desde 2011. “Meu papel é fazer um estudo psicológico dos casos a partir de conversas com as partes envolvi-

das”, explica. “Essa análise é necessária para o juiz avaliar, por exemplo, que decisão deve tomar em processos envolvendo pais ou avós que reivindicam a guarda de crianças.”

A atuação na Vara de Família deu a Luciana experiência para lidar com casos desse tipo. Toda criança tem direito de ser ouvida nessa decisão e dizer com qual familiar quer ficar. Mas é importante que seja informada que essa decisão é do juiz, não dela, para que não arque com o peso da responsabilidade da escolha de viver com a mãe ou pai – ou avós.

Luciana conta que o pedido da guarda por avós é frequente. “Isso acontece por vários motivos, mas



o mais comum é a gravidez na adolescência”, diz ela. “É comum a mãe adolescente deixar a criança sob os cuidados dos avós, especialmente se for solteira. Em muitos casos, com a avó paterna.” O que começa de modo consensual pode virar litígio quando a mãe muda de ideia, o que acontece depois de ela entrar na idade adulta. “Depois de amadurecer, ela quer reaver a guarda concedida à avó – que já pode estar viúva, se apegou à criança como se fosse a mãe e não quer abrir mão de estar com ela”, diz Luciana. Segundo ela, situações como essa criam um conflito para a própria criança, que se sente dividida entre o impulso de viver com a mãe, às vezes irmãos e o pai ou padrasto, e ficar com a avó que a criou. “Ela quer viver numa família como as outras, mas ao mesmo tempo cuidar da avó para que não fique sozinha”, explica. O desejo da criança é levado em conta e a família, encaminhada para terapia no serviço público. O juiz costuma dar um prazo de seis meses antes de reunir o grupo novamente e tentar a conciliação. Quando isso não é possível, decide. “Normalmente, seguindo a recomendação do laudo apresentado pelo perito”, conta Luciana.

Para ela, ter afinidade com o assunto é um requisito que deve nortear a escolha profissional pela área. “No Judiciário há sempre conflito. Estou na profissão há 17 anos e posso dizer com segurança: quem busca você

carrega o status de sofrimento. A/o profissional tem de aprender a lidar com isso diariamente, sem levar o sentimento alheio para casa”, afirma. Ela conta que optou pela área, depois de quase 15 anos atuando em Psicologia, após intenso contato com a Justiça em trabalhos anteriores. Entre eles serviços de acolhimento – também conhecidos como abrigos – e com a Fundação Casa, autarquia ligada à Secretaria de Estado da Justiça de São Paulo que tem como função aplicar medidas socioeducativas em adolescentes e jovens de 12 anos a 21 anos incompletos.

Esta relação, contudo, é composta de elementos contraditórios. É que nem sempre a demanda do Judiciário pode ser respondida pela ciência psicológica a partir dos pressupostos éticos da profissão. Nesse sentido, ela acredita, discutir a psicologia na interface com a Justiça, mais especificamente a atuação das/os psicólogas/os em Tribunais de Justiça exige refletir sobre os avanços democráticos e os princípios éticos da profissão na realidade brasileira.

Histórico e contexto

No Brasil, a área teve atuação informal, portanto voluntária, mesmo após o reconhecimento da profissão, em 1962. No estado de São Paulo, a inclusão profissional da/o psicóloga/o jurídica/o nos quadros do Tribunal de Justiça foi feita, ainda informalmente, por meio de trabalhos voluntários com famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, nos anos 1970, nos então denominados “Juizados de Menores”. Apenas em 1985 houve o primeiro concurso público para o cargo, que também é denominado perito de juiz. A/o profissional participa de audiências, perícias e aplica medidas de proteção ou socioeducativas nas Varas de Infância e Juventude e Vara de Família, e elabora laudos direcionados ao juiz, que determina o estudo psicossocial de crianças, adolescentes e seus familiares.

Após o processo de redemocratização do país e da construção e



Foto: Shutterstock

Desejo da criança deve ser ouvido em situações de disputa judicial que envolvem sua guarda

implantação de políticas públicas, visando a garantia de direitos, ocorre também uma reorganização das legislações de modo a atender as necessidades atuais do Brasil. É nesse contexto que a aprovação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, suscita a maior contribuição da psicologia no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Dessa forma também foi preciso aumentar o número de psicólogas/os judiciárias/os nos Tribunais de Justiça, por causa da expansão da demanda de ações envolvendo a psicologia.

Campo de trabalho

Apesar da importância do papel desempenhado pelo perito, Luciana avalia que na estrutura do Judiciário

o salário da psicóloga/o ainda é baixo, comparável ao de profissional de nível médio – entre outros motivos porque não recebe adicional de escolaridade. Ela destaca que uma conquista importante para as/os profissionais que atuam na área foi a jornada semanal de 30 horas.

Atualmente são cerca de 600 profissionais no estado, segundo a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ-SP). Na capital, a/o psicóloga/o atua separadamente: ou nas Varas da Infância e Juventude ou na Vara de Família. No interior, atua simultaneamente em ambas – em parceria com assistentes sociais.

O concurso público é o único caminho para atuação nos Tribunais de Justiça como perito.

Perita/o e assistente técnico

O perito é um profissional concursado do Tribunal de Justiça, também chamado de Psicóloga/o Judiciária/o, a quem cabe realizar avaliações psicológicas de envolvidos em processo judicial – mediante determinação de um juiz. Sua função é emitir laudo com sugestões que possam auxiliar o juiz na tomada de decisão.

O assistente técnico é uma/um psicóloga/o contratada/o pela parte em litígio, para acompanhar o trabalho do perito. Tem como função emitir um laudo que avalie a condição da criança e do contexto familiar, questionando ou reforçando aspectos presentes na perícia de modo a garantir possibilidades de um outro ponto de vista sobre o caso.



Conheça a publicação *Psicólogo Judiciário nas Questões de Família - A Ética própria da Psicologia: mudanças na relação Assistente Técnico e Perito*, da série *Cadernos Temáticos* editada pelo CRP SP, que traz artigos sobre a atuação da profissão nesta área e está disponível para leitura online no link http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/10/frames/fr_indice.aspx, e para download, em formato PDF, no endereço http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/10/frames/Psic_Judic_Quest_Fam.pdf, para ser lido em computador de mesa, notebook, tablet ou smartphone.

Psicóloga/o e assistente social: trabalho conjunto nas perícias

O juiz da Vara de Infância e Juventude ou da Vara de Família, Conselho Tutelar ou Ministério Público determinam judicialmente que seja feita uma análise psicossocial de envolvidos em um processo de guarda ou regulação de visitas.

O estudo psicossocial é feito conjuntamente pela/o psicóloga/o judiciária/o e pelo assistente social.

A psicóloga/o perita/o avalia as condições psicológicas da criança, da família e se há problemas em relação a vínculos, já ponderando sobre alternativas no próprio estudo, dentro das possibilidades dos pais e da rede de garantias dos direitos da criança e adolescente.

Tijolo por tijolo na reconstrução da comunidade

Saiba como o apoio de psicólogas/os e da comunidade ajudou São Luiz do Paraitinga a renascer em tempo recorde após a forte inundação de 2010



A entrada de 2010 foi dolorosa para os moradores de São Luiz do Paraitinga, município do Vale do Paraíba, no interior de São Paulo. A cheia do rio Paraitinga, que atravessa a cidade, fez as águas subirem cerca de 10 metros acima do nível do mar e a cidade ser inundada. Centenas de pessoas, numa população estimada em 12 mil habitantes, ficaram desabrigadas. Grande parte do casario colonial, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Ar-

queológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), ruiu ou ficou comprometida. Entre as edificações que vieram abaixo, estava a Igreja Matriz São Luís de Tolosa, construída no século XVII e maior símbolo da cidade, que naquele momento virou a imagem da tragédia. Não houve mortos, mas boa parte da população que vivia em áreas ribeirinhas perdeu tudo: casa, móveis, roupas, documentos, fotografias. Restou a memória oral, princípio de tudo e única fonte de inspiração

para a árdua tarefa de reconstrução.

A economia da cidade, que depende fortemente dos turistas, sofreu com a destruição. Passados quatro anos, um visitante que não acompanhou o caso não perceberá a calamidade que se abateu sobre os luizenses, que se dizem os últimos representantes do povo caipira. A Igreja da Matriz está de pé outra vez, o colorido das edificações recuperou o charme do Centro Histórico e a população retornou às suas casas, reformadas ou edificadas longe ►



Igreja Matriz símbolo da cidade, que aparece reconstruída na abertura da matéria, aqui está sob as águas e, na pág. ao lado, em reconstrução

das áreas de risco. Os eventos culturais, como a Folia de Reis, voltaram à agenda, devolvendo os visitantes à estância turística.

O trabalho de reconstrução foi grande. Ainda não acabou. A população deu um exemplo de superação na reinvenção da cidade, para resgatar a autoestima e seguir em frente. Para isso contou com o amparo de órgãos públicos, de ONGs e de profissionais multidisciplinares, entre eles psicólogas/os que se engajaram na tarefa de fazer funcionar novamente as escolas, o comércio, os serviços e as atividades culturais e religiosas de São Luiz, assim como ajudar os moradores a refazer a vida.

Saudade de conversar

Conceição Maria de Gouveia, 83 anos, lembra bem do dia que teve de fugir para não ser tragada pela enchente. Moradora do Vila São Vicente de Paulo, o asilo de Parai-

tinga, ela conta que a noite em que o rio transbordou e tomou as ruas estava “linda de luar” e que no Vila mal puderam acreditar quando foram avisados que o local corria risco de inundação. O asilo fica abaixo do nível da rua e próximo do rio. “Me tiraram daqui no colo, pois já estava em cadeira de rodas. Fomos levados para uma casa num lugar mais alto. Eram 8 da noite”, diz. Às 3 da manhã, um novo susto. Todos tiveram que sair às pressas para um outro abrigo, pois a água ameaçava invadir o local que se imaginava seguro. Até que a cidade voltasse ao normal, Conceição e os demais residentes foram transferidos a uma instituição para permanência de idosos em Taubaté, a 50 quilômetros, e ficaram lá por 11 meses. Durante a estadia, Conceição recebeu apoio psicológico para lidar com o trauma. “Foi legal. A psicóloga falou que com o tempo tudo iria

melhorar. Para eu me conformar. E melhorou.” Ela se emocionou na reinauguração do asilo. “O lugar ficou mais bonito, com banheiro novo, tudo pintadinho, mais confortável. Foi bom voltar.” Mas os encontros com a psicóloga, que a ajudaram a entender o sentimento de perda e como lidar com ele, acabaram. “É uma pena. Não tem psicóloga no Vila. Queria ter continuado, porque a gente não tem com quem conversar aqui.”

Anjos do rafting

Alguns grupos locais tiveram papel fundamental nesse processo de socorro à população. O empresário João Eduardo do Espírito Santo, dono da Cia de Rafting, foi um deles. Espírito Santo conta que no dia da tragédia, 1º de janeiro, ele e a equipe perceberam, logo de manhã, que a água do rio estava muito elevada. “Faz parte de nossa atividade interpretar

“Mudei a forma de ver a vida. Hoje moro em uma casa pequena, tenho poucos móveis e poucas roupas”

João Eduardo do Espírito Santo, empresário

o rio”, conta. Antes de o rio avançar sobre as casas, ele e voluntários estavam a postos com 12 botes para resgatar pessoas de áreas de risco. Segundo ele, o conhecimento do traçado do rio, das ruas da cidade e, especialmente, da vida dos moradores foi fundamental para o salvamento. “Sabíamos quem eram e onde moravam”, lembra. Outras empresas de rafting da cidade, esporte radical que atrai muitos turistas para a região, embarcaram na missão de resgate de moradores nas 48 horas que durou a operação. Até hoje se fala que ninguém morreu na enchente por causa dos “anjos do rafting”, como desde então são chamados.

Espírito Santo também foi vítima da enchente. Perdeu a casa e a sede da empresa. Mas ele diz que tirou uma lição da tragédia. “Mudei a forma de ver a vida. Hoje moro em uma casa pequena, tenho poucos móveis e poucas roupas”, diz o empresário. “Vivo com o mínimo necessário.”

Adaptação e enfrentamento

Em situações de perdas e luto, o apoio psicossocial não se propõe a ser uma solução genérica para o sofrimento e não substitui a segurança física, a justiça social e dignidade humana, explica a psicóloga Maria Helena Pereira Franco, professora titular na PUC-SP e idealizadora e cofundadora do 4 Estações Instituto de Psicologia, que prestou atendimento a vítimas de São Luiz do Paraitinga na época da enchente. “Nessas condições, as metas são evitar maiores danos, aliviar o sofrimento imediato e oferecer apoio efetivo para o enfrentamento”, explica.

Uma forma de enfrentar a situação

é criar formas de adaptação à nova realidade. Um grupo de psicólogas/os da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Assis (SP), adotou essa abordagem com as crianças e jovens músicos da cidade. A estratégia foi criar oficinas culturais para entreter e unir o grupo. As crianças fizeram máscaras, estampas em camisetas, tocaram instrumentos, filmaram a cidade, dançaram e leram poesia. “Muitas perderam casa, escola, o campo de futebol, a praça. Não tinham o que fazer”, relata o diretor da Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia, Benedito Antunes, o Canário.

Helen Nataly Izilda de Campos, 16 anos, integrante da fanfarra, diz que aprovou a iniciativa. “Para nós foi muito bom, porque interagimos com pessoas diferentes”, explica. A família de Helen teve mais sorte que muitos moradores. É que a casa onde vivem fica num ponto alto e, por isso, não sofreu danos com a enchente. Mas ela conta que não tinha mais o que fazer na cidade, com a escola fechada, tudo cheio de lama e muitos amigos tristes por terem perdido tudo na enchente. “As oficinas deram alegria para a gente e força para continuar.” Atualmente, além da escola, ela cursa uma academia militar. “Pretendo ingressar na banda da Polícia Militar da cidade”, conta. Na fanfarra, Helen toca corneta, mas diz que quer mesmo é tocar trompete na banda de São Luiz do Paraitinga.

Vínculo afetivo

A experiência de ficar sem teto de repente implica em muitos outros desdobramentos difíceis de lidar. Durante seis meses, a psicóloga Mariana Louzada de Toledo, mestranda em Psicologia Social na PUC-SP, atuou junto a moradores de um dos alojamentos que abrigaram a população desabrigada. Ela conta que o trabalho desenvolvido com o grupo foi o de estimular o vínculo afetivo entre pessoas e de formação política dentro do grupo, com vistas a facilitar a socialização naquela circunstância extrema. “De um momento para outro, tiveram que conviver uns com os outros, dividir o único banheiro, a cozinha, a sala. E isso nunca é fácil”, diz Mariana. Ela lembra de uma ocasião, durante o período de Páscoa, em que surgiu um conflito na casa por conta dos costumes distintos de católicos e evangélicos comemorarem a data religiosa.

Segundo Mariana, quando situações como essas são discutidas ajudam a reforçar os vínculos sociais, tornando o ambiente mais harmônico e as pessoas mais fortes para enfrentar questões práticas da nova rotina coletiva, como garantir a entrega de alimentos e cobrar das autoridades demandas do grupo. “A consequência disso é a estabilidade e o fortalecimento emocional e da autoestima”, afirma.



Foto: Ed Viggiani



“Acho que sou

gay,”

Psicólogas/os orientam sobre caminhos para tratar o tema orientação sexual com pessoas em conflito por questionamentos em relação à sua sexualidade



Muitos profissionais têm dúvidas sobre como atuar quando a prática é desafiada por abordagens que julgavam ser adequadas no plano teórico. É o caso de quando a pessoa atendida diz, em tom de dúvida de quem busca pela confirmação da/o psicóloga/o: “acho que sou gay”.

A primeira questão a ser levada em conta com a pessoa é que homossexualidade não é doença. Se, hoje, isso está claro para quem atua em psicologia, nem sempre foi as-

sim. O reconhecimento dessa concepção pelo Conselho Federal de Psicologia é recente. Veio há quinze anos, por meio da resolução 001/99. Mesmo com os Conselhos Regionais de Psicologia atuando para difundir as diretrizes dessa resolução, há muitos profissionais que carregam o modelo familiar heterossexual. “Há grupos de psicólogas/os trabalhando essa questão com as/os próprias/os psicólogas/os”, afirma William Siqueira Peres, professor do departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação de Psicologia na Unesp, em Assis (SP). Sem mencionar que a própria palavra “gay” já não contempla a diversidade de orientações sexuais existentes.

Fernando Teixeira Filho, seu colega na universidade, professor-adjunto do Departamento de Psicologia Clínica e coordenador do Programa de Pós-Graduação de Psicologia, aponta erros e preconceitos que, acredita, são reproduzidos sem maldade – mas que partindo de profissionais devem ser entendidos como erros técnicos. “Minha orientação é para que o profissional busque capacitação específica, estude as disciplinas teóricas e práticas ligadas à questão de gênero e da sexualidade”, afirma Teixeira Filho. Um bom começo, diz, é ler o livro *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*, da psicóloga mexicana Marina Castañeda (Editora Girafa, 2007).

Patrícia Porchat, psicóloga, psicanalista e professora do curso de Psicologia da Unesp em Bauru (SP), concorda com eles e reforça a necessidade de buscar informação permanentemente – o que para ela vai além da formação em psicologia. Patrícia defende que a questão da homossexualidade há muito tempo é pensada de uma maneira mais fértil pela história, antropologia, literatura e teorias de gêneros. “A graduação em psicologia ainda é insuficiente para fornecer instrumentos que tratem da questão da homossexualidade. Além do que essa é uma questão multidisciplinar, que exige outros conhecimentos”, afirma.

“Minha orientação é para que o profissional busque capacitação específica, estude as disciplinas teóricas e práticas ligadas à questão de gênero e da sexualidade”

Fernando Teixeira Filho

Tratar a homofobia

Portanto, partindo do princípio que a homossexualidade não é doença, é um equívoco imaginar que a orientação sexual possa ser tratada na perspectiva de se resgatar uma suposta heterossexualidade natural ao sujeito. Tratamento pode haver, sim, para a homofobia. Segundo Teixeira Filho, o sofrimento da pessoa não decorre de sua homossexualidade e sim da pressão causada pela homofobia. “A/o psicóloga/o deve desconstruir essa visão, que foi impregnada na pessoa ao longo de sua vida, e ajudá-la a construir uma existência própria”, orienta o psicólogo.

Para o professor Siqueira Peres, essa desconstrução deve levar em conta a classe social, a raça e o estilo de vida da pessoa. Conhecer essas características é importante para conduzir o atendimento.

Outro aspecto a levar em conta, aponta Patrícia, é ter a clareza do sofrimento da pessoa, tentar caracterizá-lo e descobrir como se constitui na relação entre o indivíduo e a sociedade. Nessa busca, explica, é preciso saber como a família e os amigos lidam com sua orientação sexual – na vida privada ou pública. E, ainda, se a pessoa busca explicações para o fato de ter uma orientação não heterossexual.

Nesse caso, explica Patrícia, o papel da/o psicóloga/o não é explicar porque a pessoa é gay, assim como não existe explicação para alguém ser heterossexual. “É preciso ajudar a pessoa a construir uma narrativa sobre si mesma, ajudá-la a descobrir a sua maneira de assumir a orienta- ▶



ção sexual, facilitando que se liberte de estereótipos – em que psicólogas/os acreditam – como o de que todo homem gay é sensível e delicado”, diz ela. Ou de que toda lésbica reproduz o comportamento padrão masculino.

Para Patrícia, a orientação sexual nunca é óbvia. “O sentido de ser gay é amplo, há vários aspectos para levar em consideração”, afirma. Por isso, deve se perguntar o que a pessoa quer dizer quando se vê como gay: se ela está falando de uma prática (experiência sexual), de desejo (está gostando de uma pessoa do mesmo sexo), de um sonho (sonhou que estava transando com pessoa do mesmo sexo) ou de um tipo de identidade (ele se acha feminino e ela masculina).

Siqueira Peres compartilha dessa linha de pensamento e chama a atenção para o papel da/o psicóloga/o, que é o de oferecer subsídios à pessoa para enfrentar a situação. “A/o profissional deve desconstruir a informação errada que a pessoa carrega – muitas vezes ela chega ao consultório achando que é doente – e fortalecê-la para enfrentar forças contrárias a que seja feliz como é”, diz.

Pontos para reflexão

As/os psicólogas/os levantam pontos que devem ser questionados pela/o própria/o psicóloga/o diante de um caso de homossexualidade:

1. Como receber a afirmação

Segundo Patrícia, a/o psicóloga/o deve avaliar o que causa nela/e própria/o a pessoa afirmar que é gay. Como exemplo, ela cita a/o profissional que diz aprovar para a pessoa atendida a sua orientação sexual, respondendo que acha “legal”. Segundo ela, seu papel não é aprovar ou desaprovar a conduta do usuário de seu serviço. “A/o psicóloga/o deve ter uma postura ética, respeitosa e investigativa em relação a ele.”

2. Opção ou orientação

William Siqueira Peres afirma que não existe opção sexual, e sim orientação sexual – que é produzida pelas relações que a pessoa tem na vida, o contexto social, histórico e familiar.

3. Estereótipos

Não existe modelo de homossexualidade, nem de hetero. “Ninguém é heterossexual ou homossexual. Estamos hetero ou homossexual”, diz Siqueira Peres.

4. Engajamento

O psicólogo Teixeira Filho defende que a/o psicóloga/o estimule o engajamento político da pessoa na luta por direitos iguais. “Não há mudança sem que haja conflitos e questionamentos de padrões.” Prova disso, diz, é que os homossexuais conquistaram direitos importantes recentemente – como o de se casar e adotar filhos.

5. Nomenclatura

Um tema multifacetado como a orientação sexual exige precisão na condução do cuidado. Patrícia diz que a/o psicóloga/o deve ficar atenta/o à forma como a pessoa atendida se identifica. “Se disser que é gay, trate a questão como gay. Se disser que é homossexual, trate como homossexual. Muitos não usam nem uma palavra nem outra, dão voltas para assumir a orientação sexual, e a/o psicóloga/o deve nortear sua terapia dessa forma. A pessoa atendida é a quem cabe nomear a sua identidade.”



Conheça a publicação *Psicologia e Diversidade Sexual*, da série Cadernos Temáticos editada pelo CRP SP, que traz artigos sobre a atuação da profissão no contexto dos direitos LGBT, e está disponível para leitura on-line no link http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/ffr_indice.aspx, e para download, em formato PDF, no endereço http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf, para ser lido em computador de mesa, notebook, tablet ou smartphone.

Oficinas Arthur Bispo do Rosário recebem 500 usuários artistas

A sétima edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário mobilizou as nove subseções do Conselho Regional de Psicologia, além da sede de São Paulo, com a realização de 50 oficinas de convivência, troca e mostra da produção de mais de 500 usuários artistas. Este ano o prêmio recebeu cerca de 850 inscrições. As oficinas tiveram a participação de serviços de saúde mental de diversos municípios, como Assis, Bebedouro, Cândido Mota, Mauá, São Vicente e Taubaté, e aconteceram em CAPS (Centros de Atendimento Psicossocial), universidades, centros de convenções, praças públicas e unidades do Sesc (Serviço Social do Comércio) das cidades participantes, além de bibliotecas públicas e centros de convivência da cidade de São Paulo.

As oficinas integram a estratégia do CRP SP de fomento à produção artística entre os usuários dos serviços

de saúde mental e empoderamento da rede de serviços na perspectiva da intersectorialidade com a arte e a cultura. Elas permitem observar o protagonismo dos participantes que entram em contato com as linguagens artísticas e proporcionam uma outra relação com o território e o espaço urbano a partir da experiência estética que vivem.

O usuário oficineiro Fernando, de Ribeirão Preto, relatou que a arte lhe deu um novo ânimo e proporcionou a possibilidade de reflexão. A experiência em oficinas de edições anteriores do Arthur Bispo do Rosário permitiu que ele fosse um dos coordenadores este ano e que tenha facilitado a outros usuários do CAPS II vivenciar essa experiência.

“Tomar a câmera fotográfica em mãos, filmar e entrevistar uns aos outros sobre o processo criativo de cada um revelaram um movimento

de satisfação evidente e momentos de ricas trocas e convívio”, conta a terapeuta ocupacional Renata Mecca, que integra a organização do prêmio e é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo ela, para muitos foi uma oportunidade de aprendizagem de novas técnicas e linguagens, de se expressar livremente, de entrar em contato com suas dificuldades e seu potencial criativo, de compartilhar ideias e de estimular a criatividade em outras esferas da vida. “É sabido que a arte ressignifica o sofrimento psíquico, porém o Prêmio Arthur Bispo do Rosário possibilita ir além do uso da arte como recurso terapêutico.” Renata explica que a expectativa dos participantes é de que se estabeleça uma comunicação com a sociedade, uma visibilidade e reconhecimento da produção artística realizada por eles. “Todos estes aspectos já apontam como efeitos do Prêmio na participação sociocultural dos usuários participantes”, afirma.

O anúncio dos 5 ganhadores de cada uma das seis categorias do prêmio – Esculturas/Instalações; Pinturas e Ilustrações; Fotografias; Contos, Crônicas e Textos; Poesias; Vídeos – será feito no final de outubro, quando serão inauguradas exposições com os trabalhos em três bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: Mário de Andrade, Alceu Amoroso Lima e Monteiro Lobato. A cerimônia de premiação está marcada para o dia 25 de novembro, na Galeria Olido – no Centro da capital.

Oficineiros participaram de atividades em várias cidades



Foto: CRP SP

Saiba mais sobre o VII Prêmio Arthur Bispo do Rosário acessando a página da iniciativa no site do CRP SP: www.crp.org.br/premio.

Vale do Paraíba

debate a luta contra exploração sexual infantil

A luta contra a exploração sexual infantil mobilizou profissionais da Psicologia no dia 18 de maio, quando a subseção do Vale do Paraíba realizou debate sobre o tema. A data marca o combate a esse tipo de abuso em todo o país. Segundo a psicóloga e professora da Universidade de Taubaté (Unitau) Tereza Elizete Gonçalves, a região ainda não enfrenta a questão adequadamente. “Existem programas pontuais, mas falta um grande projeto”, diz. Segundo Tereza, não há sequer um mapeamento do número de crianças que sofrem esse tipo de violência. Grande parte dos municípios do Vale não possui iniciativa pública ou conta com apoio privado para atender a esse público.

São José dos Campos passou a tratar da questão em 2007, quando o programa Aquarela, mantido pela Prefeitura, incorporou o projeto Girassol – que tem o objetivo de identificar e dar apoio social e psicológico a crianças e adolescentes que sofreram

ou sofrem abuso sexual. De acordo com Tereza, esse tipo de violência está enraizado em muitas famílias e atinge especialmente a população de baixa renda. “Em sua maioria, as vítimas são meninas, negras ou pardas, com fraco desempenho escolar. Muitas vezes elas acabam largando a escola”, conta. As agressões geralmente são cometidas por familiares ou amigos da família. Diante disso, as vítimas acabam saindo de casa e se tornam alvo fácil para aliciadores.

Um apoio nessa luta veio da Unitau, que criou dois programas de extensão acadêmica voltados para o cuidado de crianças e adolescentes abusados. Um deles é o Grupo de Apoio à Vítima de Violência Sexual (GAVVIS), que atende vítimas de violência sexual – mulheres e crianças, na maioria – e realiza atividades educativas, de orientação e de apoio às vítimas e seus familiares.

O outro é o projeto Travessia, que atua com o mesmo foco em comu-

nidades ribeirinhas de São José dos Campos. “Discutimos questões sobre erotização da adolescência e valores de vida. E procuramos conscientizar essas crianças e jovens para que sejam protagonistas de suas vidas”, diz Tereza, que coordena o Travesia. “Um agravante para o ingresso e manutenção de jovens sob exploração sexual é o tráfico de drogas. O alcoolismo e a drogadição interagem negativamente nos jovens acompanhados e se manifestam associados a compulsões, delinquência e depressão, tornando críticas as condições de recuperação e exigindo mais da competência e habilidades dos profissionais dedicados ao trabalho.”

Apesar da dificuldade de lidar com a situação e das poucas opções de atendimento a esse público, ela vê com otimismo os esforços das pessoas envolvidas. “Essa é uma área em que ou você entra com paixão e comprometimento, ou não vai dar certo”, explica Tereza Gonçalves.

Sorocaba vê luz no fim do túnel

O Dia da Luta Antimanicomial, 18 de maio, registrou avanços em Sorocaba e cidades vizinhas. A região, que concentra o maior número de leitos em hospitais psiquiátricos no estado de São Paulo, começou a mudar esse quadro. “O município vem promovendo a desinstitucionalização da saúde mental”, afirma a psicóloga Gabriela Checchia Machado de Campos, coordenadora do CAPS III – que proporciona apoio terapêutico e atenção psicossocial a pessoas com transtorno mental grave.

A crise do modelo de saúde mental no município ganhou visibilidade há dois anos, quando reportagem do SBT revelou a prática de maus tratos a pessoas internadas no Hospital Psiquiátrico Vera Cruz. Do caos revelado nasceu a possibilidade de implantação do modelo substitutivo de cuidados aos usuários de saúde mental da região, que mudou a realidade de centenas de pessoas.

Segundo a articuladora de Saúde Mental do Processo de Desinstitucionalização de Sorocaba, Carine Sayuri, a mudança se deve ao empenho e pressão do FLAMAS (Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba), grupo formado principalmente por psicólogas/os. Após a reportagem, houve a intervenção dos órgãos públicos no local e o município assinou um termo de ajustamento de conduta

(TAC) que prevê o fechamento de seus quatro hospitais psiquiátricos até o final de 2015. Este ano, dois foram desativados: o Hospital Jardim das Acácias e o Hospital Medicina Mental. Faltam o Hospital Psiquiátrico Teixeira Lima e o próprio Vera Cruz, que, sob intervenção, passou a funcionar como polo de desinstitucionalização.

O CRP SP apoia o movimento antimanicomial e vem debatendo essa questão amplamente com a categoria.

O novo modelo objetiva promover saúde mental garantindo a cidadania dos usuários. Assim, moradores de hospitais psiquiátricos devem retornar à casa de familiares, quando encontrados, ou ser encaminhados a residências terapêuticas. No Vera Cruz, com o apoio dos CAPS, avalia-se quais usuários serão encaminhados para as famílias ou residências. Atualmente funcionam 11 “casinhas”, como são chamadas pelos usuários, que recebem até 10 pessoas. Elas garantem o direito de ir e vir livremente. Gabriela Campos, do Caps III, diz que o reencontro do usuário com a sociedade é um processo lento. A readaptação conta com equipes multidisciplinares, que, aos poucos, incluem na rotina dos usuários hábitos como atender telefone, usar o transporte público, ir à padaria e ter amigos. Alguns, conta, voltaram a estudar.



Antonio Carlos da Ponte, Fernando Grella Vieira, a conselheira do CRP SP Adriana Eiko e as psicólogas assistentes técnicas Luciana Mantovani e Patrícia Oliveira

Segurança Pública

O CRP SP participou de reunião com o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella Vieira, e com o secretário-adjunto, Antonio Carlos da Ponte, no dia 30 de julho. O Conselho Regional entende que é importante para as políticas públicas de segurança a implantação das diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009, e a defesa dos Direitos Humanos no contexto da segurança. Nesse processo, a Psicologia tem muito a contribuir como ciência e profissão.

Na audiência foram tratadas diversas pautas, partindo da Deliberação do VIII Congresso Nacional de Psicologia – que teve como proposta fomentar a inserção da/o psicóloga/o no contexto de políticas de segurança pública.

Redes sociais

Acesse o canal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo no Youtube: www.youtube.com/user/crpspvideos.

Já são mais de 22 mil minutos de visualização de conteúdo sobre diversos temas da Psicologia.

Acompanhe notícias sobre a profissão e atividades do CRP SP na nossa página no Facebook: www.facebook.com/crpsp.



Cartilha Popular

Nova publicação do CRP SP adverte que saúde é mais que um conjunto de sintomas

Está no ar a mais nova Cartilha do CRP SP. O tema é 'Medicalização' – que reduz artificialmente questões complexas a processos médicos. A publicação aborda problemas de diferentes ordens que são apresentados como “doenças”, “transtornos” e “distúrbios”, escamoteando grandes questões políticas, sociais, culturais e afetivas que afligem a vida das pessoas e, em particular, as crianças. O diagnóstico deve levar em conta a família, a escola e o contexto em que a criança está inserida. Os profissionais da saúde devem avaliar não somente um conjunto de sinais e sintomas.

A patologização de comportamentos infantis e dificuldades no ensino-aprendizagem tem levado à gritante e crescente medicalização da infância. É de suma importância a participação da família e, sobretudo, da escola, para evitar que as crianças sejam vítimas do consumo excessivo de remédios. É através do levantamento de dúvidas e queixas que podemos mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento.

Conheça em: www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cartilhas.



Dia da/o Psicóloga/o compromisso total

Profissão sofreu influência das transformações da sociedade brasileira desde sua regulamentação e ganhou relevância atuando com temáticas como a luta pelos direitos humanos

A Psicologia foi uma profissão muito influenciada pelas mudanças das estruturas e relações sociais, da configuração do mundo do trabalho, da comunicação, das famílias e – devido à soma desses fatores – dos indivíduos. Nestes 52 anos transcorridos desde a sua regulamentação, não houve transformação que não a

tenha impactado e da qual a profissão não haja extraído aprendizados para desenvolver caminhos de atuação. A Psicologia se alimentou dessas mudanças e contribuiu para que se aprofundassem, participando do processo de transformação social e interferindo no debate sobre direitos humanos e garantia de direitos sociais. Da revolução com-

portamental iniciada nos anos 1960 – que trouxe para o primeiro plano o debate sobre a sexualidade – e da entrada da mulher no mercado de trabalho à conquista da democracia baseada em um modelo de direitos consagrado na Constituição de 1988, a Psicologia enfrentou, estudou, desenvolveu linhas de trabalho e atuou em cada uma delas.

No mês em que se comemora o Dia da/o Psicóloga/o, mais que simplesmente celebrar a data do dia 27 cabe fazer uma reflexão sobre os avanços da profissão neste período para entender o papel social que ela adquiriu e como sua valorização resultou dessa capacidade de resistir, ecoar, pensar, criticar, formular e agir em cenários cada vez mais complexos – seja nas organizações privadas, como nas políticas públicas, no terceiro setor, na academia e na atuação clínica.

Novo olhar

Segundo a psicóloga Ana Bock, as duas últimas décadas foram decisivas para a valorização da profissão. “No começo dos anos 1990 a Psicologia começou a se interessar mais pela realidade da gente brasileira. Percebeu que precisava criar teorias e instrumentos de trabalho que pudessem alcançar melhor as necessidades da população”, explica. Ana, que também atua como professora do curso de graduação em Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia da Educação na PUC-SP, afirma que isso se deve ao movimento de ampliação da responsabilidade e do compromisso da profissão com as questões sociais que afetam os brasileiros. “Isso foi fundamental para a Psicologia obter reconhecimento. A profissão nasceu muito aliada aos interesses da elite brasileira, cega e surda para as questões sociais, para o sofrimento e a pobreza existentes no Brasil”, diz ela.

Os Conselhos de Psicologia desempenharam um papel importante nesse processo, abraçando as demandas apresentadas por psicólogas/os que introduziram essas questões no debate profissional e fazendo com que ele ganhasse escala. Para Ana Bock, que nesse período presidiu o Conselho Federal de Psicologia em duas gestões e o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo em uma gestão, a Psicologia passou a ser vista de outra maneira no momento em que desenvolveu um olhar social.

O avanço dos últimos 25 anos não

significa que essa evolução tenha sido linear. Mais de duas décadas de ditadura no Brasil acarretaram prejuízos à profissão, como à sociedade em geral, agravando a desigualdade e a exclusão social.

Anos de chumbo

Segundo a psicóloga Mitsuko Antunes, também professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da PUC-SP, a ditadura promoveu um retrocesso em todas as áreas. “Sobretudo na de humanas”, explica. Uma das questões fundamentais do novo regime era inserir o Brasil na internacionalização da economia, principalmente por meio do enxugamento do aparelho estatal. “No período anterior à regulamentação, a profissão era primordialmente demandada pelo Estado. E justamente quando ela foi reconhecida o novo regime adotou uma política econômica de enxugamento do Estado. Com isso os serviços de orientação

“No começo dos anos 1990 a Psicologia começou a se interessar mais pela realidade da gente brasileira. Antes era cega e surda para o sofrimento e a pobreza existentes no Brasil”

Ana Bock, psicóloga, professora de Psicologia da Educação da PUC-SP

infantil deixaram de existir e os serviços de psicologia não foram mais ofertados pelo poder público”, afirma. Ela conta que os cursos de formação se tornaram cada vez mais dependentes de teorias produzidas nos Estados Unidos, onde os serviços de saúde sempre tiveram uma marca privada. “Se foi o poder público que criou os serviços de orientação infantil que levam à clínica e a clínica deixou de ser ofertada pelo poder público, então se tornaram ▶

Exercer direitos é uma construção com diferentes elementos, e caminhos, na diversidade social brasileira



uma mercadoria de luxo a que apenas uma elite passou a ter acesso.”

A Psicologia derivou-se quase exclusivamente para o recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, atendendo essencialmente a interesses privados. “Por isso utilizo a expressão ‘ditadura empresarial-militar’, ou ‘civil-militar’. Quem financiou o golpe de 1964, se não os grandes banqueiros e empresários brasileiros?”

Na educação, poucas escolas tinham psicólogas/os. Quase todas privadas. E a profissão não estava voltada para a melhoria das condições de escolarização. “O serviço público, quando oferecia trabalho para a área, era em psicodiagnóstico e encaminhamento de crianças com deficiência intelectual para classes especiais, separadas das demais”, afirma Mitsuko. “Era uma psicologia segregadora, excludente.”

O compromisso atual da categoria se inspirou nesses anos de resistência, em que além da truculência do

governo se assistiu a um ataque aos direitos sociais dos trabalhadores e da população em situação de vulnerabilidade social.

Ana Bock destaca que esse compromisso não se restringe às psicólogas/os que atuam na área social. “No que se refere às políticas públicas na área da saúde, as/os psicólogas/os clínicos hoje estão no Sistema Único de Saúde (SUS), estão nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), mas também muitas vezes fazendo um trabalho clínico em suas clínicas psicológicas.”

Fator gênero

A entrada em larga escala da mulher no mercado de trabalho, em profissões que eram exclusivas de homens, acelerou as mudanças de comportamento na sociedade e nas relações sociais. Para Emília Broide, a presença feminina na profissão reflete as conquistas da mulher na sociedade brasileira. Professora do curso de Especialização em Psicos-

“A questão do papel da mulher na sociedade atual e a questão da Psicologia enquanto ciência e profissão são dois temas distintos que se entrecruzam, mas não podem sobrepor-se”

Emília Broide, professora de Especialização em Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas da FESPSP

sociologia da Juventude e Políticas Públicas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e professora convidada do Centro de Estudos Psicanalíticos de São Paulo – CEP, ela considera que a ampliação do espaço de trabalho feminino foi uma conquista social de grande relevância e magnitude. “Nesse sentido, não exclusiva do campo da Psicologia. A inserção das mulheres na vida política do país, no mundo do trabalho, na ocupação de postos importantes, na produção do saber e do conhecimento, nas ar-

Sofrimento mental é consequência de ataque aos direitos humanos e exige posicionamento firme da profissão

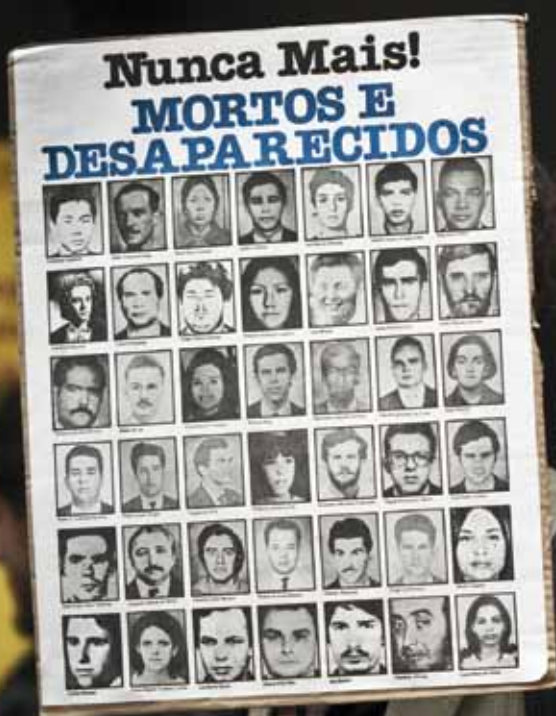


Foto: Marcelo Camargo/ABr

tes e nos esportes vem ocorrendo de forma crescente no Brasil. Mas não como um fato natural e sim resultado de intensas lutas travadas por coletivos e militâncias.”

Para Emília é preciso analisar com cuidado a visão de que a Psicologia seria uma profissão feminina. “Se o lugar da mulher na sociedade brasileira ainda é um lugar menos valorizado que o lugar do homem, a Psicologia, vista como feminina, seria colocada como uma profissão igualmente menos valorizada. Por isso, me parece importante não escorregar nessa visão ideologicamente construída, que deveríamos questionar sempre.”

A forte presença da mulher na profissão, em que quase 9 em cada 10 profissionais são do sexo feminino, não deve ser confundida com a essencialização da condição da mulher, que apenas serve de limite a que ela avance na conquista de novos direitos e da plena igualdade.

Ela defende que é preciso entender a profissão considerando a questão de gênero, mas sem se fixar nela. “A luta das mulheres deve possibilitar uma sociedade mais equitativa e justa. As conquistas femininas beneficiam igualmente mulheres e homens, são conquistas sociais. Contudo, a questão do papel da mulher na sociedade atual e a questão da Psicologia enquanto ciência e profissão são dois temas distintos que se entrecruzam, mas não podem sobrepor-se.”

Espaços de atuação

Atualmente, as/os psicólogas/os são demandadas/os socialmente de várias maneiras. Por exemplo, nas questões envolvendo os direitos humanos. Segundo Mitsuko Antunes, essa inserção nasceu em grande medida por iniciativas dos Conselhos Regionais e Federal ao longo dos anos. “Por que a Psicologia tem uma presença fundamental nessa questão? Porque qualquer violação a esses direitos implica em sofrimento individual e sofrimento social. Implica em humilhação. Em sofrimento ético-social. Onde há violação de direitos humanos, a

Uma profissão de muitas mulheres

Dois estudos recentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ajudam a conhecer o perfil da/os psicólogas/os brasileiras/os: *Quem é a Psicóloga Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*, lançado em maio de 2013, e *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*, publicado em setembro do ano passado. Ambos constituem partes da pesquisa *Efeitos do feminismo no exercício da Psicologia no Brasil*, do Conselho Federal.

As mulheres representam 89% dos 232 mil profissionais que exercem a profissão no Brasil: nada menos de 206 mil psicólogas. No estado de São Paulo, o CRP apurou em 2013 que este número era ainda maior: 91% das/os 73 mil psicóloga/os em atividade, ou mais de 66 mil mulheres.

O percentual de mulheres que se dedicam exclusivamente ao exercício da profissão é significativa-



mente maior que o de homens: 53% ante 39%.

Outro dado apurado é que também na categoria a divisão das responsabilidades com a atenção aos filhos é praticamente duas vezes maior entre as mulheres: 46% dedicam ao menos quatro horas diárias a eles, frente a 24% de homens. E 18% delas,

na comparação com 5% entre eles, dedicam acima de quatro horas por dia aos filhos. As respostas apuradas revelam ainda que 38% das 1,3 mil profissionais ouvidas na pesquisa disseram haver perdido oportunidades de atuação profissional devido a esse modelo de divisão das tarefas, enquanto esse índice entre os homens foi de 22%.

Essas informações são suficientes para mostrar que a desigualdade entre homens e mulheres que se verifica na sociedade não é diferente em famílias de psicólogas/os.

DIEESE traça perfil do emprego

A pesquisa *Perfil ocupacional dos psicólogos: um comparativo entre São Paulo e demais Unidades da Federação*, realizada pelo DIEESE em 2011, traçou um breve perfil das/os psicólogas/os, com informações sobre presença no mercado de trabalho formal, com dados de gênero, faixa etária, jornada semanal, remuneração e tempo de permanência no emprego.

No estado de São Paulo, as/os psicólogas/os assalariadas/os atuam, na maioria dos casos, no setor público – seja na administração direta, em fundações públicas e em empresas estatais: 55,1%, segundo dados do Ministério do Trabalho de 2010. Já 33,7% atuam em entidades sem fins lucrativos, enquanto apenas 11,2% trabalham em empresas privadas. A remuneração média era, em 2010, R\$ 2.437,20, sendo menor entre profissionais com menos de 30 anos – R\$ 1.989,27 – e maior entre os com mais de 65 anos: R\$ 3.221,21.

A faixa média de idade das/os psicólogas/os contratadas/os é de 38 a 40 anos de idade. A jornada média das/

os profissionais é de 34 horas, sendo que 34% trabalham de 36 a 40 horas. Já 22% das/os pesquisadas/os têm jornada entre 25 e 30 horas.

O tempo de permanência no emprego revela uma alta rotatividade. Apenas cerca de 44% das/os profissionais ouvidas/os pela pesquisa tinham até três anos no trabalho.

O cruzamento desta pesquisa com as duas realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (*leia quadro acima*) revela que esta radiografia parcial da profissão exige que novos estudos sejam realizados para se conhecer a fundo a realidade da profissão. Afinal, as/os profissionais com vínculo empregatício representam uma parcela do universo total de psicólogas/os que atuam no Brasil.

Em 2013, 34% das psicólogas declararam atuar em consultório particular. Já 12% em organizações privadas; 11% em unidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e em organizações públicas. E 6% em clínicas privadas.



Foto: Marcelo Camargo/ABr

Reagir à agressão é um aprendizado individual que se faz quando a mulher atingida encontra apoio na comunidade e instituições

dimensão psicológica desse abuso está presente. Por isso a Psicologia deve atuar nesse campo. A questão fundamental é: se passados mais de 65 anos da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas se fala em direitos humanos é porque esses direitos ainda não são de todos.”

Mitsuko diz que as áreas tradicionais da profissão são a clínica, escolar e do trabalho. Mas entende que a imagem pública da profissão está muito vinculada à primeira. “Eu não diria que a área clínica predomina na atuação profissional, mas ainda há um forte apelo dela entre estudantes que escolhem a profissão. E os cursos de graduação – quase como empresas que procuram contentar seus consumidores e fazem da Psicologia uma mercadoria –, oferecem formações com mais ênfase na clínica.”

Ao se confrontarem com a realidade do mercado, muitos recém-

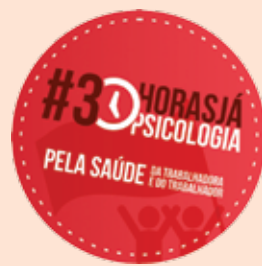
-formados se dão conta de que não se prepararam adequadamente para buscar oportunidades de atuação em outras áreas. “A maioria dos formandos é muito nova. Para clinicar, enfrenta custos de sublocação de sala, custos com supervisão, e muitas vezes ainda não possuem número suficiente de pacientes para manter a estrutura de uma clínica”, pondera.

Políticas públicas

A ampliação da inserção da/o psicóloga/o em projetos de políticas públicas tende a modificar a visão do senso comum que se tem da Psicologia. E a ampliação dessas políticas pode criar oportunidades reais de atuação. Por isso, Mitsuko Antunes sugere não confundir essa procura com uma luta individual por um lugar ao sol no mercado de trabalho. “A luta é para exercer uma Psicologia que responda às

necessidades da nossa sociedade, o que só é possível construir por meio de políticas públicas. A ação não deve se restringir à ampliação do mercado de trabalho atual, mas sim por uma expansão do reconhecimento de que a Psicologia tem algo a fazer em diversos campos da vida social. Isto está diretamente relacionado a políticas públicas efetivas, socialmente comprometidas, que demandam a presença da/o psicóloga/o. E tendem a demandar cada vez mais.”

As muitas conquistas da profissão levaram à sua valorização e crescente importância social, mas, segundo Ana Bock, isso não significa que a relação da Psicologia com a sociedade já tenha estabelecido a forma ideal. “Acho que hoje estamos no começo dessa trajetória. Isso significa que ainda há muito o que percorrer, mas, sem dúvida alguma, o trajeto já começou.”



#30h já Psicologia

Aprovação em comissão da Câmara dos Deputados do projeto que define limite máximo de 30 horas para jornada de profissionais da Psicologia cria expectativa de sua transformação em lei

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou no dia 15 de julho, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3338, que regulamenta a jornada de trabalho de profissionais de Psicologia para, no máximo, 30 horas semanais, sem redução de salário. O projeto foi apresentado em 2008, com articulação da FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos). Caso não haja apresentação de recurso pelos deputados solicitando votar o PL 3338 em Plenário, ele será encaminhado para sanção presidencial. O CRP SP, refletindo as deliberações do VIII CNP (Congresso Nacional de Psicologia), apoia essa luta sindical.

Aqui, apresenta 30 Razões para esse apoio, que revelam seu compromisso com uma profissão capaz de responder com qualidade às necessidades da população brasileira:

1. Para promover a saúde das/os trabalhadoras/es psicólogas/os;
2. Para dar continuidade à luta que levamos desde 1996, quando da aprovação da NOB-RH-SUS, que previa a jornada de trabalho máxima de 30 horas sem redução de salários e bancos de horas para todos profissionais da saúde;
3. Para promover a equidade nos cargos da política da assistência social, já prevista nos princípios do PCCS na NOB-RH/SUAS, de 2006;
4. Para redução da exposição das/os profissionais a situação de estresse permanente;
5. Para melhorar as condições das/os profissionais no acolhimento ao sofrimento da população;
6. Para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da saúde, da educação, da assistência social e de

várias outras áreas em que psicólogas/os trabalham em equipes multiprofissionais;

7. Para avançar as pautas de redução, equidade e isonomia nas várias áreas nas quais psicólogas/os atuam;
8. Para avançar na defesa da redução geral da jornada de trabalho para todas/os as/os trabalhadoras/es;
9. Para promover a reorganização das jornadas de trabalho, não só em função da quantidade de tempo trabalhado, mas da qualidade do serviço oferecido;
10. Para estimular a combinação de jornadas que podem garantir maior tempo de funcionamento do serviço e diversificação de horários de atendimento, propiciando atendimento a públicos que só teriam acesso aos serviços em horários diferentes dos convencionais;
11. Para reduzir a concentração de fluxos de trabalhadores nos mesmos horários convencionais de entradas e saídas dos serviços;
12. Para permitir opções de atividades de atualização profissional em horários compatíveis com a atuação no serviço;
13. Para promover maior intercâmbio entre atividades de prestação de serviço e produção de conhecimento;
14. Para contribuir com mais tempo para atividades de lazer, cultura e esporte e cuidados pessoais e familiares;
15. Para permitir maior participação em atividades comunitárias e públicas;
16. Para incentivar a discussão sobre o investimento em recursos humanos como a força de trabalho mais importante em qualquer setor de trabalho;
17. Para contribuir com carreiras e

vidas profissionais mais longas;

18. Para contribuir com a ocupação de vagas de trabalho formais;
19. Para estimular a contratação de mais profissionais de psicologia e atender a demandas sociais represasdas;
20. Para reduzir a rotatividade dos postos de trabalho;
21. Para estimular trabalhadoras/es a se organizarem contra o trabalho precário e descaracterizado;
22. Para estimular trabalhadores a se organizarem e defenderem melhores condições de trabalho profissionalizado;
23. Para reduzir o poder do capital sobre o trabalho e o trabalhador;
24. Para valorizar como o trabalho é feito, e não só seus resultados numéricos;
25. Para se discutir o tamanho do orçamento público e como ele é investido para a prestação de serviços à população, que comumente se concentra em equipamentos e instalações, e não nas pessoas que trabalham;
26. Para dar efetividade a uma pauta histórica da categoria;
27. Para contemplar e garantir as jornadas setoriais já estabelecidas e negociadas em diversas áreas da administração pública e privada;
28. Para contemplar o processo de mudança do perfil da categoria que tem se tornado cada vez mais trabalhadoras/es assalariadas/os e menos profissionais liberais;
29. Para conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares;
30. Para ser mais um estímulo à categoria de psicólogas/os a se compromissarem com a construção do bem comum.

#30horasjápsicologia



Da rua sem casa para a casa sem cerca

Assentamento Dom Tomás Balduino, em Franco da Rocha, muda a vida de 63 famílias após mais de 10 anos de luta pela terra própria

O baiano Mauro Evangelista da Silva se diz uma prova viva de que nada é impossível. Ele conta ter chegado ao fundo do poço há 12 anos, quando a companheira disse que o casamento havia chegado ao fim e levou com ela a filha de 5 anos do casal. A rua virou seu endereço. E o boteco, o lugar onde ele tentava atenuar a falta de perspectivas e a solidão. Ali, em troca de lavar o chão e limpar o banheiro ele garantia o alimento que acreditava aplacaria sua alma em conflito: a cachaça.

A paranaense Roseli Paini, forma-

da em serviço social, não seguiu nenhum dos caminhos de desenvolvimento profissional que a faculdade desenhou durante o curso. Nas aulas da graduação, se sentia deslocada no universo de estatísticas, estratégias por criar e planilhas sem fim que o futuro lhe prometia. Embora se interessasse por indicadores, não se seduziu com as tabelas que pareciam reduzir as questões humanas a números e porcentagens. Olhava para fora, como se buscasse outra coisa.

O cearense Jorge Barbosa Sousa

conta conhecer São Paulo como poucos paulistanos. A partir das periferias. Viveu em cortiços e de aluguel em casas mais que modestas da zona sul à zona leste, e também no centro. Sua vida ganhou uma rotina com menos incertezas quando trabalhou como repositor de estoque de um hipermercado na Via Anchieta. Mas o movimento da estrada que liga a cidade ao litoral sul do estado, segundo conta, é um mar de tranquilidade perto da inquietação que sentia. Aquela vida, definitivamente, não era para ele.

As três histórias se cruzaram com as de centenas de outras pessoas que não couberam na lógica da cidade grande. Seja por adição, vocação ou insatisfação, eles se tornaram parte dos excluídos na São Paulo que ainda hoje é movida pelo slogan de que “não pode parar”. Foi preciso congelar o tempo para eles tomarem a decisão de mudar. Radicalmente.

Para muita gente, talvez o radicalismo esteja na opção que escolheram: juntar-se ao MST, o mais estigmatizado movimento social do Brasil pós-ditadura, acreditando que lutar pela terra própria mudaria suas vidas. Mudou. Ali, em vez de desaparecerem como identidade individual em meio à massa que parece não ter medo de cara feia, os três dizem haver descoberto um novo sentido: o de pertencimento. “Mais que a uma causa simplesmente”, afirma Mauro. “Na luta eu conheci gente que não imaginava existir. Solidária, amiga e nem um pouco interesseira. Foi graças a isso que acreditei que podia ser mais forte que a cachaça e, hoje, tenho a minha família de volta, uma casa para morar e muito trabalho no cultivo de nossa terra.”

Mauro Evangelista conquistou bem mais que a retomada do convívio com a filha, hoje adolescente, e a esposa, Sirlene. Como um dos coordenadores da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, cabe a ele receber os visitantes que chegam ao assentamento das 63 famílias que vivem em lotes próprios numa área de 3 hectares e indicar a localização dos quase 400 moradores. Seu nome homenageia o ex-bispo emérito de Goiás, que morreu em maio, e tanto se empenhou em favor da transferência da posse dessas terras públicas pertencentes ao Estado aos assentados, oficializada há dez anos.

Apoios

Mauro também intermedia os contatos com pesquisadores e estudantes interessados em conhecer a história do lugar ou propor parcerias. Foi de uma delas, com estudantes do curso de arquitetura da Universidade de São Paulo (USP), que resultaram os projetos das 63 mora-



“ Na luta eu conheci gente que não imaginava existir. Solidária, amiga e nem um pouco interesseira ”

Mauro Evangelista da Silva

dias e de áreas de uso comum, como o Espaço Comunal Patativa do Assaré – em homenagem ao poeta cearense morto em 2002, aos 93 anos –, que serve para encontros culturais, cursos de formação, assembleias dos assentados e encontros com outros integrantes do MST.

Estudantes de psicologia também realizaram trabalho voluntário no assentamento, apoiando os moradores em questões ligadas a conflitos familiares e de convivência entre vizinhos. Roseli conta que a cultura de mediação está enraizada,

resolvendo a maioria dos impasses que eventualmente surgem entre os moradores.

Ela explica também que estão abertos a receber visitantes, mas ressalta que nem todos que vão ao Dom Tomás Balduino sabem exatamente o que procuram. “Há estudantes que chegam bem informados sobre a história do movimento, mas existem aqueles que chegam para fazer trabalhos escolares sem ter a mínima ideia de como estruturá-lo. A sensação, nesse caso, é que o tempo investido pode ser compa- ▶



Abastecimento regular de água é desafio a ser resolvido

rado a uma safra ruim: nas duas o resultado é o baixo aproveitamento do que foi semeado.”

Produção

No assentamento se produz quase tudo que é consumido pelas famílias: de verduras e legumes a frutas e medicamentos fitoterápicos de uso básico. Em geral, pomadas, que tratam desde dores localizadas a micoses e alergias. Os casos mais complicados são atendidos no ambulatório, que recebe a visita regular de duas médicas: uma semanalmente e a outra a cada 15 dias.

Jorge Sousa trocou a logística do hipermercado pela de produção e estocagem dos medicamentos fitoterápicos e de xampus, que são procurados pelos moradores e também

servem para completar o orçamento por serem vendidos em encontros e cursos do MST, além de exposições e feiras realizadas em universidades e instituições que convidam o movimento para participar de atividades. “Aprendi sobre as propriedades das plantas e faço cursos sempre que posso”, diz Jorge, enquanto exhibe alguns dos livros que guarda em sua casa sobre o assunto. “E temos essa cartilha do MST aqui, com dicas sobre o uso de cada planta.”

Sousa é um dos poucos moradores que vivem sozinhos. A regra era assentar famílias. “A exigência foi apresentada na negociação pelo governo estadual, mas nós insistimos que os companheiros que participaram dessa luta e eram solteiros tinham o mesmo direito que os de-

“Dissemos que os companheiros que participaram dessa luta e eram solteiros tinham o mesmo direito que os demais para viver aqui. O governo acabou aceitando esse argumento”

Roseli Paini

mais. Acabaram aceitando o nosso argumento”, conta Roseli.

Luta é a palavra que usam quando querem resumir a experiência comum. Para ser reconhecido e legalizado, o assentamento enfrentou a mesma resistência que outros do MST encaram. Em todos a estratégia foi a mesma: ocupar áreas improdutivas, criando um fato consumado, e abrir o debate sobre o uso da terra. “Antes de irmos para cá invadimos outra área improdutiva, em Arujá, de onde fomos expulsos”, relata Roseli.

“Quando chegamos, a polícia também foi enviada para colocar a gente pra fora”, diz Mauro Evangelista. “Mas conseguimos ficar, negociar e consolidar o assentamento. Nossa vitória completou dez anos no dia 22 de junho.”

Ele e família ocupam o lote 12, que ganhou o nome de Sítio Chico Mendes. Nele produzem 25 tipos diferentes de árvores frutíferas, como banana, jaca, siriguela, limão e abacate. “É tudo 100% orgânico”, relata, enquanto mostra na parede os diplomas de cursos que fez, como o de agroecologia – oferecido pelo Finep, empresa pública ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Prefeitura de Osasco, CEEP (Centro de Educação, Estudos e Pesquisas) e MST.

Já Roseli e o marido cultivam uvas, repolho e bananas, entre outras frutas e hortaliças. “Um desafio que temos é melhorar o abastecimento de água nos lotes. Embora a rede criada leve para as casas o essencial para uso doméstico, a irrigação das

áreas cultivadas depende de oferta constante de água para aumentar a produção e, com isso, permitir excedente para venda e, consequentemente, a melhoria da renda”, explica Roseli, mostrando que os anos da faculdade estão sendo úteis no caminho que escolheu. A legislação determina que ao menos 30% dos hortifruti utilizados na merenda escolar devem ser comprados de pequenas propriedades, o que garante a compra de parte do que produzem os agricultores da Comuna.

Educação com inclusão

A educação das crianças e dos jovens foi o primeiro grande teste para os assentados. O município de Franco da Rocha não aceitou enviar ônibus para apanhá-los na porta de entrada, como faz com alunos de áreas mais distantes das escolas, enquanto o governo estadual não regularizasse a posse da terra. Como estão localizados na fronteira com Caieiras, a solução surgiu quando esta cidade

aceitou as matrículas. Ainda assim era preciso levar as crianças até os limites dos dois municípios, onde o ônibus escolar os esperava. E nos primeiros anos os meninos e meninas eram discriminados triplamente: porque eram vistos como filhos de “invasores”, pelo fato de o assentamento ser vizinho da penitenciária de Franco da Rocha e porque se difundiu, erradamente, que moravam nas terras do Juqueri – o hospital psiquiátrico e manicômio judiciário de triste memória que por anos foi o lugar mais conhecido da cidade.

Hoje, Franco da Rocha e região assistem ao início da maturidade de uma experiência marcada pelo inconformismo, ousadia e crença no poder de transformação – seja de estruturas sociais ou de pessoas. A Comuna da Terra Dom Tomás Balduino vem fazendo as duas coisas. E se tornou um campus avançado para quem acredita que pode aprender com atores sociais que emergem do mar da exclusão.

Vista aérea da estrada que leva às casas das 63 famílias da Comuna da Terra D. Tomás Balduino e demarca a área vizinha à Penitenciária Franco da Rocha II



Foto: Reprodução Maps

Avaliação psicológica exige conhecimento de ferramentas e compromisso com avaliado

Psicologia organizacional suscita questões técnicas e éticas em relação aos processos de avaliação psicológica

A avaliação psicológica é um recurso comum no mundo do trabalho, utilizada em processos de seleção, de orientação profissional e de carreira, e, ainda, na preparação para a aposentadoria. Geralmente, ela motiva as/os profissionais da Psicologia que a empregam a se especializar em temas organizacionais. No segmento empresarial, em que o conceito de “vestir a camisa da empresa” muitas vezes é entendido como fidelidade absoluta à corporação, colocando outros valores em segundo plano, é preciso ter clareza quanto ao compromisso assumido com a profissão e as pessoas envolvidas com os serviços da Psicologia para que objetivos de carreira não acarretem em desvios de conduta e falhas éticas.

Entretanto, esse tipo de avaliação não é aplicada exclusivamente em empresas, como lembra o psicólogo e professor Mário Lázaro Camargo, do Departamento de Psicologia da Unesp de Bauru (SP). “Esse tipo de demanda também pode vir de situações como avaliação médica para orientar tratamentos e preparação de pacientes em fase pré e pós-operatória (cirurgia bariátrica, de próstata oncológica e redesignação sexual, entre outras), avaliação por questões relativas ao contexto escolar/acadêmico, na identificação de problemas de aprendizagem ou socialização, e em situações jurídicas como avaliação psicológica de postulantes à adoção, crianças e adolescentes em

conflitos com a Lei ou institucionalizados e, em alguns casos, acusados de responsabilidades por crimes.

Uso exclusivo

Rodolfo Ambiel, professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco, explica que no campo empresarial esses instrumentos são ferramentas técnicas de uso exclusivo das/os psicólogas/os, cuja credi-

bilidade está baseada em extensas pesquisas científicas que atestam sua validade e precisão. Ele adverte que, como ferramentas, cabe à/ao profissional selecionar aquele que se adequa ao objetivo da avaliação. “A/o psicóloga/o deve ser capaz de ler os manuais técnicos dos instrumentos e extrair dali as informações a respeito de sua qualidade técnica, alcance e limitações”, afirma.

O Sistema de Avaliação dos Tes-



tes Psicológicos (Satepsi) apresenta uma lista com os testes validados para utilização por profissionais da área, os que receberam parecer desfavorável e, finalmente, aqueles que ainda estão em avaliação. “No Brasil, só se pode utilizar na prática testes psicológicos com parecer favorável, sendo que qualquer ação diferente desta constitui falta ética”, diz Ambiel. “É importante ter clareza de que só o fato de um teste estar favorável no Satepsi não significa que deva ser usado sem ressalvas. Como qualquer ferramenta, qualquer teste tem limitações que, independentemente da avaliação formal, devem ser consideradas pelo profissional de acordo com sua necessidade.”

O Satepsi está disponível para consulta no site do Conselho Federal de Psicologia – <http://satepsi.cfp.org.br> – e também na página da internet do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo: www.crpssp.org.br, no menu Orientação / Testes Psicológicos.

Devolutiva

Mário Lázaro Camargo ressalta que a/o psicóloga/o que realizará a avaliação deve incluir em seu planejamento a elaboração de um relatório, ou laudo psicológico, para apresentar os resultados ao sujeito da avaliação. “Lamentavelmente, poucos profissionais realizam esta etapa do processo de avaliação psicológica, apresentando resultados ao solicitante – o empregador, muitas vezes – mas não ao principal interessado, que é o avaliado. Muitos desconhecem ter direito ao resultado de sua avaliação e, por isso, muitas vezes nem o solicitam”, explica.

Mais que um dever ético, a entrega da devolutiva é um fundamento da própria atividade. O que talvez ainda não esteja claro para profissionais que ensaiam os primeiros passos na psicologia organizacional é a quem oferecer esse retorno: à pessoa avaliada ou ao empregador.

Rodolfo Ambiel afirma que não pode haver dúvida quanto a isso. “Nosso Código de Ética é bastante claro quanto ao sigilo em relação às

informações confidenciais das pessoas. Mesmo que o empregador seja o solicitante, a devolutiva deve ser oferecida na íntegra para a pessoa avaliada e as informações que serão passadas para o solicitante são apenas as estritamente necessárias para o desenvolvimento do trabalho.”

Camargo também é enfático nesse sentido. “Estamos diante de um contexto lamentavelmente bastante viciado por práticas inadequadas, tanto das empresas quanto de profissionais que se permitiram – e ainda se permitem – empregar mal a técnica.” Ele destaca que mesmo o solicitante da avaliação psicológica sendo uma empresa, a pessoa avaliada tem o direito de livre acesso aos resultados de sua avaliação psicológica, assim como também tem o direito de se negar a participar da avaliação. “Dizer não à participação é como uma desistência no processo. O direito a não participação não é respeitado nem por instituições públicas em seus processos seletivos/concursos. Mas não deveria ser assim.”

Guarda de material

A responsabilidade de guardar o material produzido na avaliação psicológica também suscita

malentendidos. Mário Camargo explica que a/o profissional da psicologia que faz a avaliação é responsável pela guarda do material resultante do processo ou processos de avaliação. “Estando em seu espaço privado de trabalho (uma clínica ou consultório, por exemplo) ou no contexto de uma organização de trabalho onde é empregado (empresa, por exemplo), deve, para exercer sua profissão e atribuições funcionais, solicitar e construir um espaço adequado e reservado tanto para o desenvolvimento de suas atividades de avaliação e devolutiva quanto para a guarda protegida e sigilosa dos materiais utilizados. Vale lembrar que estas orientações são (ou deveriam ser) parte integrante do processo formativo das/os psicólogas/os e presença textual esclarecedora em nosso Código de Ética Profissional.”

O tempo de preservação do material na avaliação também deve ser observado pela/o psicóloga/o que a aplica. “Todo o material deve ser guardado por, no mínimo, cinco anos. A Resolução CFP 07/2003 traz detalhes sobre esse processo”, diz Ambiel.

O que diz o CRP SP

O CRP SP, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), formada por conselheiros, gestores e psicólogas/os convidadas/os, é um instrumento permanente à disposição da categoria para resolver dúvidas e salvaguardar o exercício profissional segundo o compromisso da psicologia e o Código de Ética da profissão.

Sobre o assunto, ela define que apenas a/o psicóloga/o pode fazer uso de instrumentos e técnicas psicológicas. Isso significa que ela/e não poderá divulgar, ensinar, ceder, dar, emprestar ou vender instrumentos ou técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão (Artigo 18 do Código de Ética).

No que se refere à avaliação psicológica, a COF indica que se deve também

verificar se não existem dificuldades específicas da pessoa para realizar o teste, sejam elas físicas ou psíquicas; utilizar o teste dentro dos padrões referidos por seu manual e cuidar da adequação do ambiente, do espaço físico, do vestuário dos aplicadores e de outros estímulos que possam interferir na aplicação.

No site do CRP SP é possível consultar a Resolução n.º 007/2003 do CFP, que apresenta o Manual de Elaboração de Documentos Escritos e detalha o que deve constar em quatro documentos: declaração, atestado psicológico, relatório ou laudo psicológico e parecer psicológico.

Acesse: http://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_007-03.aspx.

Muito além de mera formalidade

A maneira como se estabelece o pagamento de honorários na área clínica e, principalmente, como se administra isso com as pessoas atendidas e usuários dos serviços podem influenciar na realização do trabalho e até na imagem profissional



Falar de dinheiro é um assunto desconfortável para muitos profissionais de Psicologia. E se isso envolve discutir as regras que estabelecem com as pessoas atendidas, mais ainda. As coisas podem ser simples. Afinal, afora os usuários de serviços públicos, todos os demais sabem que terão de estabelecer um acordo nesse sentido com as/os psicólogas/os que os atenderem. Trocar informações e experiências com colegas é uma maneira de a/o psicóloga/o

aperfeiçoar a sua gestão do assunto – lembrando que a primeira é conhecer e seguir as orientações do Conselho Regional de Psicologia nesse sentido, que constam do Código de Ética da profissão e de resoluções específicas.

Segundo a psicóloga, psicanalista e analista institucional Isabel Marazina – professora de Psicopatologia e Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) –, a correta equação do tema começa por definir o valor dos

honorários. “O preço de um atendimento não é simples nem objetivo”, afirma. “Em grande medida, se define pela posição da/do terapeuta no mercado de trabalho, sua formação, os anos e valores nela investidos, mas também pela sua inserção institucional. E esse aspecto tem uma marca ideológica e mercadológica.”

Isabel diz que fazer o enquadre/contrato com a pessoa atendida faz parte do processo de orientação. Uma vez que psicóloga/o e paciente acordaram um contrato de traba-

lho, ele passa a reger essa relação como lei simbólica. Ali se trabalham os percalços e questões das quebras de contrato, que ocorrem com frequência. “Sabemos que as pessoas, apesar de estarem habituadas a viver sob leis e até clamarem por elas como recurso de defesa, têm enormes resistências para se submeter a regras”, diz.

Assim, inevitavelmente se terá de lidar com o tema financeiro como parte da rotina profissional. “Honorários, assim como horários, atrasos e faltas são sempre objetos de discussão e revisão”, pondera. “Mas sempre seguindo uma orientação clínica.” Para ela, o que a/o psicóloga/o entende como sendo o processo da pessoa atendida indica a posição a seguir. Para alguns será muito importante que a/o psicóloga/o não ceda aos seus apelos de ‘favores especiais’, mas para outros é fundamental perceber que podem ser abertas exceções.

Prazos de pagamento

O psicólogo Denis Roberto Zamignani, do Núcleo Paradigma, que atua como analista do comportamento há 17 anos, defende que também haja flexibilidade em

relação aos prazos de pagamento.

Tanto Denis como Isabel Marazina dizem que seus contratos são feitos verbalmente. “Entendo que a palavra dada vale como contrato”, afirma Isabel. “Sua distorção ou manipulação será vista caso a caso.”

Enquanto ela conta não conhecer quem adote contratos por escrito, ele comenta que muitas vezes orienta supervisionandos a proceder dessa maneira. “Eu sempre recomendo que haja um contrato muito claro, inclusive em relação às faltas”, explica Denis. “Essa questão em geral é fonte de problemas. O contrato inicial às vezes fica esquecido na primeira sessão.”

Processo terapêutico

É importante pontuar desde o início todos os termos e acordos em relação às condições de atendimento, pagamento e cobrança.

Segundo Denis, em caso de inadimplência é preciso discutir o assunto como parte do processo terapêutico. Se parece que naquele momento a questão financeira está se tornando um novo problema para a pessoa atendida, é preciso alertá-la de que não terá como arcar com o fato, perguntar como lidará

“Nunca tenho um número grande de sessões em aberto. E também não considero acionar a Justiça justamente por não optar pelo contrato por escrito”

Denis Roberto Zamignani

com isso e até que ponto as sessões são prioridade para ela. “Talvez seja o caso de encaminhar a pessoa para um serviço de um valor que tenha condições de pagar, pois o problema financeiro tende a evoluir para uma questão pessoal devido à ansiedade que a situação lhe causará.”

Denis recomenda que a questão do contrato/enquadre não pode ser negligenciada pela/o profissional e sim entendida como uma prioridade a ser tratada de maneira objetiva no âmbito do consultório. “É lá que o assunto começa e tem de morrer. Se for um caso que exija medidas legais, que se vá à Justiça. Mas jamais se pode expor o assunto em redes sociais ou fazendo qualquer coisa contrária à ética da profissão”, afirma.

O que diz o CRP SP

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP recomenda que a/o psicóloga/o registre no prontuário da pessoa atendida a regra combinada, mesmo que o contrato estabelecido seja apenas verbal – lembrando que não há qualquer objeção quanto a formalização de contrato por escrito. Não apenas porque a regra pode variar de acordo com o perfil de cada pessoa atendida, mas também porque ajudará a/o terapeuta a analisar o seu histórico quanto à pontualidade e faltas em sessões, bem como atrasos de pagamento. Além disso, nele também devem constar todas as mudanças feitas no contrato: de periodicidade das sessões à frequência dos pagamentos (se a cada sessão ou por período maior). Em situações de conflito que requeiram mediação da Comissão de Ética do Conselho Regional é essencial que a/o psicóloga/o possa fundamentar a sua argumentação, muitas vezes já na qualidade de defesa em representações apresentadas na entidade contra ela/ele.

A sessão Processos Éticos desta edição,

na página 30, noticia um caso de infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo que resultou de desacordo entre pessoa atendida e psicóloga quanto a pagamento de honorários.

O Artigo 1º do Código de Ética do/a Psicólogo/a alerta que é seu dever fundamental: e) Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos dos usuários ou beneficiários de serviços de Psicologia.

Finalmente, a Comissão de Ética recomenda consultar a Resolução CFP n.º 011/2000, de 20/12/00, que regulamenta a oferta de produtos e serviços ao público, entre outras.

Acesse e baixe o *Manual de Orientações Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do(a) Psicólogo(a)* no site do CRP SP, www.crp.org.br, ou leia o item III.13 - CONTRATO E HONORÁRIOS no endereço www.crp.org.br/portal/comunicacao/manuais/manual_orientacoes/frames/fr_conteudo.aspx#III.13



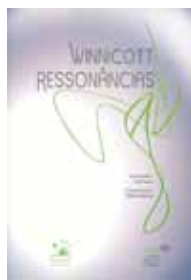
LIVROS

Winnicott – Ressonâncias

Heloisa Ramos, Primavera Editorial, 2011. R\$ 52 (preço sugerido).

Lançado em parceria pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e a editora, o livro oferece uma visão ampla da obra de Donald W. Winnicott por meio de oito eixos temáticos que articulam de modo consistente os conceitos propostos pelo pediatra e psicanalista inglês: Criatividade, Construção do psiquismo, Lugar do analista, Mutualidade, Paradoxo, Psicossoma, Tendência antissocial e Vazio. Os temas do pensamento winnicottiano são apresentados por 36 autores de maneira didática e objetiva, mantendo nessa diversidade o enfoque pessoal e a elaboração viva da experiência prática de cada um dos autores. Organizado por Inês Sucar e coorganizado por Heloisa Ramos, a obra traz artigos de Gilberto Safra, Mirian Malzyner, Alfredo Paineira, Sonia Abadi, Magaly Marconato Callia, Luciana Bertini Godoy, Alfredo Naffah Neto, Roberto Azevedo, Rogério Nogueira Coelho de Souza, Yvette Piha Lehman, Eliana Rache, Alicia Szapú de Altman, Anna Lucia Melgaço Leal Silva, Elney Bunemer, Roberto Barberena Graña, Aida Maria Moraes Ungier, Luiz Marcílio Kern Machado, Plínio Montagna, Raquel Zak de Goldstein e Bernardo Tanis, entre outros.

www.primaveraeditorial.com | Tel.: (11) 3034-3925



A Psicologia na Assistência Social

Luane Neves Santos, Cortez Editora, 2014.

(preço por definir).

Próximo

lançamento

da coleção

Construindo

o Compromisso Social da Psicologia, o livro fala da formação, da prática, das técnicas de trabalho, da vida profissional e dos sentimentos e sofrimentos que cada psicóloga/o vivencia nos equipamentos públicos – espaços que, segundo a autora, podem fazer a diferença no desenvolvimento do projeto do compromisso social da profissão. *A Psicologia na Assistência Social - Convivendo com a Desigualdade* indica as limitações e as dificuldades que a Psicologia tem enfrentado em sua prática na assistência social. “Nos equipamentos públicos é dever das profissionais encarnar o zelo pela cidadania, mas isso depende de reconhecer a cidadania dos subcidadãos”, diz ela.

www.cortezeditora.com.br

| Tel.: 08002831322



Interpretações, Crítica Literária e Psicanálise

Yudith Rosenbaum, Cleusa Rios P. Passos, Ateliê Editorial, 2014.

R\$ 39 (preço sugerido).

Com organização de Cleusa Rios P. Passos e Yudith Rosenbaum, a obra reúne 12 ensaios que trazem uma análise de críticos e psicanalistas sobre as teorias, obras e formações simbólicas do sujeito e da arte de nomes como Bauchau, Borges, Chico Buarque, Clarice Lispector, Cortázar, Freud, Guimarães Rosa, Lacan, Levi, Matisse, Pirandello, Ricoeur, Rilke, Sptizer, Valéry e Vico. *Interpretações – Crítica literária e psicanálise*, da Ateliê Editorial, busca interseções entre crítica literária e psicanálise, destacando o ato interpretativo e as linguagens da interpretação, dois momentos da leitura poética ou ficcional.

www.atelie.com.br | Tel.: (11) 4702-5915



FILMES



A Caça

(Dinamarca, 2012) Thomas Vinterberg, Drama, 111 minutos.

Até que ponto uma mentira inocente pode mudar a vida de uma pessoa? O pacato funcionário de uma creche tenta reerguer-se após separar-se da mulher e ser afastado do filho por ordem judicial. O trabalho parece ser o lugar ideal para isso, até o dia em que ele é acusado por uma menina de 5 anos de haver exibido a genitália para ela. Por causa disso, a direção da escola o demite. A criança, sem ter noção da gravidade do que disse, apenas queria compensar o fato de sentir-se rejeitada por ele. Mesmo sem que o fato seja comprovado, ele se torna vítima da perseguição dos moradores da cidade.



O Menino e o Mundo

(Brasil, 2014) Alê Abreu, 85 minutos.

Vencedor de diversos prêmios de cinema, entre eles na 37ª Mostra de Cinema Internacional de São Paulo, no Festival Internacional Del Nuevo Cine Latino de Havana, Cuba, no Festival de Cinema do Rio de Janeiro e no Festival de Annecy, França, o filme do diretor brasileiro mistura animação e colagens para narrar a história de um garoto que deixa sua aldeia para encontrar o pai na cidade grande e descobre um mundo em que máquinas-bichos e seres muito estranhos dão as cartas. A vida cotidiana é retratada pelo olhar infantil.



IV CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

19 a 23 de novembro de 2014

Não fique de fora!

Confirme sua presença em
www.cienciaeprofissao.com.br

Nos vemos lá!

Dia 19 - Cerimônia de abertura

Auditório Celso Furtado
Anhembi Parque - Santana - São Paulo/SP

Dias 20, 21, 22 e 23 - Atividades

UNINOVE - Campus Memorial - prédio D
Barra Funda - São Paulo/SP

Informações e Inscrições

www.cienciaeprofissao.com.br
congresso@cienciaeprofissao.com.br
0800-7792013



Promoção



Apoio

